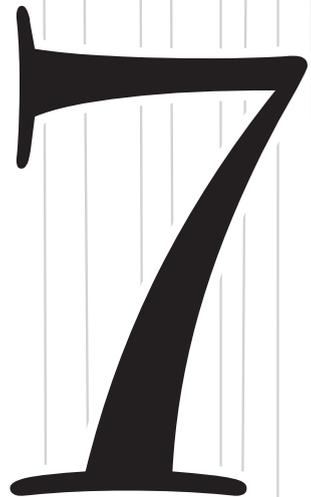


**Entre compassos e descompassos:
um olhar para o “campo” e para a “arena”
do movimento LGBT brasileiro¹**

*In and out of compass:
an approach to the "field" and to the "arena"
in Brazilian LGBT movement*

Regina Facchini

*Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp
Doutora em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp)
rfacchini@uol.com.br*



Resumo

Neste artigo, procuro contextualizar o movimento LGBT em relação às mudanças ocorridas desde os anos 1980 na relação entre Estado e movimentos sociais, bem como na forma de operar políticas públicas, no Brasil, e em relação à agenda dos direitos humanos em âmbito internacional. Dentro dessa perspectiva, proponho uma discussão sobre o movimento LGBT contemporâneo e sua relação com o Estado e as perspectivas de transformação social que se colocam nesse contexto. Procuro, ainda, lançar um olhar mais específico para o impacto de mudanças recentes no movimento, tomando por base uma reflexão sobre a relação entre o movimento e aqueles(as) que poderiam se considerar ou ser considerados(as) como parte da “base” desse movimento.

Palavras-chave: Movimentos Sociais LGBT. Homossexualidade. Estado. Políticas públicas. Interseccionalidade.

Abstract

This article aims to draw the context involving the LGBT movement relating it to the changes concerning to relations between State and social movements which are occurring since 1980's, to the ways by which public policies are developed in Brazil and to the human rights agenda in international level. A debate about the contemporary LGBT movement and its relation to the State regarding the perspectives for social changes is also proposed. In addition to this, a specific approach to the impact of recent changes in LGBT movement is developed here, based on a discussion about relations between movement and those who could be considered or consider themselves as its "social base".

Keywords: Social Movements LGBT. Homosexuality. State. Public Policies. Intersectionality.

Nos últimos anos, assistimos a um crescimento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e da visibilidade das questões que envolvem a temática das homossexualidades e da multiplicidade das expressões e identidades de gênero no Brasil. Se, por um lado, há avanços, representados principalmente pela formalização de programas governamentais e pelo incremento do debate público, há também desafios colocados.

Antes de me debruçar mais detidamente sobre os atores sociais e sobre o contexto em que atuam, gostaria de retomar alguns pressupostos que norteiam esta reflexão. O primeiro deles é o de que o movimento não pode ser pensado de modo dissociado das relações que o informam e constituem e do contexto sócio-histórico em que se insere. Em pesquisa realizada com o movimento LGBT a partir da cidade de São Paulo (FACCHINI, 2005) na segunda metade dos anos 1990, situei o impacto das relações com o Estado e com o mercado e a assinaléi o crescimento da importância das relações internacionais, seja com potenciais fontes de suporte financeiro para as organizações ativistas, seja com fontes de suporte político (organizações internacionais ligadas à promoção dos direitos humanos, dos direitos de LGBT ou de outros sujeitos políticos).

À época, tomei uma ferramenta analítica que me pareceu bastante rentável para enfatizar o que havia acompanhado em campo: a distinção entre “campo” e “arena” tal qual estabelecida por Marc Swartz (1968) e aplicada por Carlos Nelson F. dos Santos (1977). Nessa distinção, campo se aplica “aos atores envolvidos diretamente no processo sob estudo”, mas é tido como “suficientemente flexível, podendo se contrair ou expandir para fora dos limites da arena”, que se refere a “uma área social ou cultural imediatamente adjacente ao campo [...], onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores” (SANTOS, 1977, p. 32). Nesse sentido, no “campo” do movimento estariam todos os atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano, como as organizações ativistas, as agências estatais e poderes públicos com os quais se relaciona e os atores do mercado que abrem espaço ou se dirigem a homossexuais. Na “arena”, estariam todos(as) aqueles(as) que poderiam se reconhecer ou ser reconhecidos(as) a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento, sem, no entanto, estarem diretamente envolvidos(as) no cotidiano da militância (FACCHINI, 2005).

¹ As pesquisas (FACCHINI, 2005; 2008) que deram origem a este texto contaram com apoio do CNPq. Adota-se como convenção neste artigo que todas as categorias êmicas, oriundas do vocabulário do movimento, das políticas públicas ou de gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais entrevistados para pesquisas específicas serão grafadas em itálico. As aspas são reservadas para citações, conceitos e categorias aproximativas utilizadas pela autora.

Um segundo pressuposto leva em consideração as reflexões tecidas por Judith Butler acerca da necessidade de desnaturalizar o processo de produção do sujeito político de movimentos sociais – no caso dela, o feminismo – e as inclusões e exclusões que constituem tal processo (BUTLER, 2003). Nessa direção, partindo de pesquisa etnográfica, sugeri que as identidades coletivas, ou seja, as categorias utilizadas para nomear o sujeito político, eram produzidas a partir de relações estabelecidas no “campo” do movimento e que não necessariamente levavam em conta o que se dá na “arena”. Assim, questioneei o aparente caos que se atribuía à proliferação de categorias na composição do sujeito político do movimento e à constante alteração na quantidade ou na ordem das letras que compunham a sigla a partir da qual o movimento se apresentava publicamente (FACCHINI, 2005).

Ao tomar a expressão êmica “sopa de letrinhas” e analisar a produção e a disputa de várias formulações da sigla, procurei mostrar que havia ali uma lógica: relações de poder no “campo”, expressas em termos de conflito ou de aliança, estavam relacionadas à produção, ao uso e à difusão de diferentes formulações para o sujeito político do movimento. Embora a proliferação de categorias implicasse demandas por reconhecimento de *especificidades* e de sujeitos que se sentiam invisibilizados ou de algum modo excluídos, a própria percepção de *especificidades* e toda a árdua negociação política que permitiria sua inclusão na agenda do movimento e na sigla que o representa eram permeadas por relações de aliança e de conflito que envolviam organizações ativistas e vários outros atores políticos presentes no “campo”.

Apesar das mudanças recentes e do crescimento e da complexificação das relações no campo do movimento LGBT nos últimos anos, creio que a desnaturalização do processo de produção de sujeitos políticos e sua compreensão por meio da análise das relações estabelecidas entre atores políticos permanecem como referências úteis para a reflexão empreendida neste artigo.

Sexualidade, direitos, reconhecimento e Estado: uma breve contextualização

Em 2008, realizou-se em Brasília uma Conferência Nacional GLBT inédita, precedida de reuniões regionais e estaduais. O conjunto das Conferências Estaduais, realizadas entre março e maio de 2008, contou com cerca de 10 mil participantes e resultou num total consolidado de 510 propostas, avaliadas e complementadas na etapa nacional. Na solenidade de abertura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e representantes do movimento discursaram, causando grande impacto na mídia

e no movimento. O Brasil é o primeiro país a promover uma atividade dessa natureza, que sinaliza o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos de LGBT (BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008).

Em que pese as reflexões críticas que vêm sendo tecidas acerca desse processo, é preciso destacar que há trinta anos – ou mesmo há vinte – isso não seria possível. Embora o conteúdo deste artigo ajude a refletir sobre o processo da Conferência Nacional LGBT, o objetivo dessa referência é focar um evento significativo que, a partir do contraste com o passado recente, possa iluminar o contexto em que se insere o movimento LGBT no Brasil atualmente.

Numa retrospectiva acerca de gênero e políticas públicas, Marta Farah delinea um processo no qual a redemocratização do Estado brasileiro – que envolveu a democratização de processos decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas – coincide com o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas. Sob uma tensão permanente entre o vetor “eficiência” – relacionado a pressões do Banco Mundial – e o vetor “democratização dos processos decisórios e do acesso a serviços públicos”, surgem a partir do início dos anos 1980 as primeiras políticas focalizadas para mulheres e aprofunda-se um processo de participação do movimento social no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas (FARAH, 2004).

Processos igualmente complexos, envolvendo uma gama diversa de atores políticos em âmbito nacional e internacional, se desenvolveram em relação a outros sujeitos políticos ou segmentos populacionais a partir dos anos 1990. Assim, emergem na agenda política brasileira as primeiras referências ao que, no início deste século, seriam as *ações afirmativas* com foco na redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e nas políticas envolvendo outros recortes populacionais, como é o caso de juventude, idosos e LGBT. A partir de meados dos anos 1990, é possível acompanhar todo um processo de multiplicação de sujeitos políticos no campo dos movimentos sociais e de “focalização da focalização” nas políticas públicas.

Os anos 1990 assistiram, ainda, a um crescimento da preocupação com a questão da sexualidade, inclusive no campo acadêmico (VANCE, 1995). Assistimos, no Brasil, ao mesmo tempo, um aumento da quantidade de estudos e da legitimidade na abordagem do tema (RAMOS, 2005). Esse processo remete basicamente a duas temáticas – direitos humanos e saúde – e parece implicar tanto a visibilidade alcançada pela epidemia do HIV/Aids quanto o impacto das demandas feministas que são inicialmente incorporadas na agenda política internacional sob a noção de “saúde reprodutiva”.

No campo das reivindicações políticas em âmbito internacional, encontramos o processo de construção das noções de “saúde sexual” e de “direitos sexuais”, como campos de ideias relacionadas, mas distintas às de “saúde reprodutiva” e “direitos reprodutivos”. Nesse sentido, é consenso a importância da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, como marcos centrais para a consolidação de uma terminologia relacionada aos “direitos sexuais”.

No Brasil, a relação entre sexualidade e direitos tem sido conjugada principalmente a partir da atuação de dois movimentos sociais: o movimento feminista e o LGBT. As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são *homossexuais* têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/Aids no início dos anos 1990 (FACCHINI, 2005). O primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente *homossexuais* no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas a LGBT. A partir de 2003, a articulação entre LGBT e direitos humanos ganha novo impulso: 1) com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social; e 2) com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial (DANILIAUSKAS, 2009).

O Programa Brasil Sem Homofobia se desenvolve a partir de tópicos relacionados ao modo como estão estruturados temas como trabalho, saúde, educação, cultura, segurança, mulheres e questões raciais no governo federal e propõe a articulação entre Secretarias e Ministérios no âmbito federal, com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a *especificidade de cada um desses grupos populacionais*” (BRASIL, 2004, p. 11, grifo nosso). Sua implementação previa a criação de comitês técnicos e grupos de trabalho no interior de ministérios e/ou secretarias com a participação de ativistas.

O formato de um programa que articulasse a ação de diversos ministérios remete a duas noções que se tornam recorrentes no vocabulário das políticas públicas brasileiras neste começo de século: *transversalidade* e *intersectorialidade*. Essa ênfase nos remete a processos políticos internacionais

que se tornam evidentes quando da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, em 2001. Além da noção de *intolerância correlata* ter permitido a inserção formal de demandas de LGBT na agenda política brasileira, essa Conferência traz uma importante inflexão no olhar para a promoção de direitos humanos, que tem impacto no modo como políticas públicas e estruturas governamentais são geradas a partir de então: várias formas de intolerância podem se entrecruzar ou potencializar mutuamente.

Entretanto, na criação do Programa Brasil Sem Homofobia, assim como na da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), revela-se um paradoxo: as noções de *intersectorialidade* e *transversalidade* coexistem com definições um tanto quanto essencializadas acerca dos *grupos* ou *segmentos populacionais* beneficiados. Contudo, assim como a categoria *mulheres* tem de ser conjugada frente a várias *especificidades*, nota-se que ações realizadas no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia procuram flexibilizar a perspectiva essencializante e universalizante de um *segmento*.

Algumas iniciativas revelam esse esforço no sentido de aplicar as noções de *intersectorialidade* e *transversalidade*. Assim, em 2006, a cartilha “Chegou a hora de cuidar da saúde”, elaborada pela Área Técnica de Saúde da Mulher em colaboração com o PN-DST/Aids e o Programa Nacional de Hepatites Virais, foi dirigida a *lésbicas* e *mulheres bissexuais*, mas procurava fazer interlocução com questões como “raça”, classe e geração. Em 2007, o Programa Nacional de DST/Aids inseriu a noção de *contextos de vulnerabilidade* no texto-base para uma consulta nacional sobre o “Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e de outras DST entre Gays, HSH e Travestis”, procurando deslocar a ênfase das categorias descritivas de comportamentos ou identidades sexuais, para os contextos que geram vulnerabilidade individual, social ou programática. Essa orientação se estendeu ao “Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST”.

Embora a prática da construção das políticas públicas focalizadas tenha levado a debates e a saídas práticas interessantes, nota-se que a produção de conceitos que não mantenham como foco os sujeitos políticos, tais quais construídos pelo movimento, são fontes de conflito. Assim, nas políticas de saúde, o uso das categorias *homens que fazem sexo com homens* (HSH) e *mulheres que fazem sexo com mulheres* (MSM) deu lugar, ao longo dos últimos anos, a definições como a de *lésbicas, bissexuais e outras MSM* e de *gays, HSH e travestis*. A partir dessa lógica de afirmação e visibilização de sujeitos políticos,

os impactos de Durban fizeram-se notar de outro modo no movimento social: seguiu-se todo um processo de multiplicação de redes de ativistas e organizações com foco nas *especificidades* de *jovens* ou *negros(as) LGBT*. A própria noção de um *segmento populacional* foi apropriada no movimento de modo a se referir a cada um dos sujeitos políticos que se aglutinam sob a sigla LGBT como um *segmento*.

A seguir, me detenho numa breve contextualização do movimento LGBT contemporâneo com foco nas mudanças recentes nos formatos institucionais, atividades, estratégias de atuação e nas redes de relações, para depois retomar a relação entre movimento e Estado e o paradoxo aqui apresentado.

Movimento LGBT: das margens ao centro

O *movimento homossexual*, como era chamado na época, tem seu surgimento registrado pela literatura no final dos anos 1970. Nesse período, que corresponde ao contexto da “abertura”, o movimento está concentrado principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, tem forte inflexão antiautoritária (MACRAE, 1990) e grande parte das principais demandas levadas ao espaço público pelo movimento LGBT até hoje já se encontravam delineadas. Durante os anos 1980, apesar da redução expressiva da quantidade de grupos e das dificuldades trazidas pela associação entre Aids e homossexualidade, há mudanças significativas que influenciam o movimento contemporâneo: a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade (FACCHINI, 2005; CÂMARA, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009). A partir do início dos anos 1990, inicia-se um novo momento no movimento que parece deslocá-lo definitivamente das margens ao centro.

Uma primeira mudança diz respeito ao crescimento da quantidade de grupos/organizações e a sua difusão por todo o país². Esse crescimento parece estar relacionado, entre outros fatores, ao modo como se organizou a “resposta coletiva” à epidemia do HIV/Aids: a implementação de uma política de prevenção às DST/Aids baseada na ideia de parceria entre Estado e sociedade

² Se entre 1984 e 1991 os Encontros Nacionais do movimento restringiram-se a cerca de cinco entidades participantes em cada um dos eventos, 1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileira – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras num documento preparado para um evento internacional. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT, número que subiu para 157 no início de 2007.

civil e num claro incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da *vulnerabilidade* de populações estigmatizadas.

Nesse período, há também uma diversificação de formatos das iniciativas ativistas. Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínios de associações e das organizações da sociedade civil de interesse público.

Enquanto boa parte dos movimentos sociais que foram mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de “crise”, o movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais, como também amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do movimento LGBT, temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a Aids e movimentos de “minorias”, especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional; temos também agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado. Além disso, temos uma ampliação dos espaços de participação: comissões que discutem leis ou políticas públicas, mas também há a construção de espaços para o *advocacy* em âmbito internacional. A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas, seja em matérias de jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos (FACCHINI, 2005; FRANÇA, 2006a; 2007b).

A *incidência política* e a *visibilidade massiva* têm sido as principais estratégias utilizadas pelo movimento nos últimos anos. Tais estratégias têm produzido muitos avanços, como é o caso da conquista representada pela realização da Conferência Nacional LGBT, mas há também dificuldades de encaminhamento de demandas via Legislativo e um acolhimento via Judiciário que, embora importante, tem se limitado a decisões tomadas por juizes ou localidades considerados mais “progressistas”. Há iniciativas importantes, como a construção e fortalecimento de Frentes Parlamentares, a elaboração e proposição de projetos de lei e mesmo o estabelecimento de normativas de associações profissionais combatendo a patologização e a discriminação de LGBT.

Se o aumento da visibilidade aos poucos atraiu a atenção de setores conservadores da sociedade brasileira³, ele conviveu, no interior do movimento, com um processo de afirmação de especificidades e complexificação do sujeito político e de especificação das áreas de atuação das organizações. Atualmente, há grupos que atuam especificamente com adolescentes LGBT ou com seus familiares ou, ainda, com famílias LGBT, por exemplo. Essa especificação de áreas de atividades não parece implicar conflitos entre as organizações. O mesmo não se pode dizer a respeito do processo de afirmação de especificidades e de complexificação do sujeito político, que toca mais diretamente questões centrais como “representatividade” e a busca por reconhecimento.

Assim, até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (*movimento homossexual brasileiro*); depois de 1993, como MGL (*movimento de gays e lésbicas*); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (*gays, lésbicas e travestis*) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de *gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros*, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de *bissexuais* à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a *travestis, transexuais e transgêneros*. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de *lésbicas*.

A partir desse período, ainda, percebe-se a organização de redes de entidades ou de ativistas em nível nacional e local. A formação de fóruns estaduais e municipais de organizações ou ativistas se segue à formação de redes nacionais. A primeira rede nacional é a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), fundada em 1995. Embora uma entidade nacional que articulasse ações do movimento fosse uma demanda antiga, o formato implicado na ABGLT contou desde o início com objeções. Assim, embora tenha construído um lugar hegemônico no movimento, essa hegemonia faz parte de um equilíbrio instável. A partir de 2000, há um

³ O aumento da visibilidade da temática LGBT e os poucos avanços políticos alcançados têm levado ao acirramento das disputas sociais acerca da legitimidade de LGBT como sujeitos de direitos, acompanhado de uma forte reação de setores conservadores. Tal reação tem se expressado a partir de uma linguagem híbrida, combinando elementos de discurso fundamentalista religioso e fragmentos deslocados de discursos acadêmicos ou ativistas, com o intuito de gerar um efeito de pânico moral em torno de imagens como a da *pedofilia* e da *perversão*.

processo de multiplicação de redes nacionais⁴. Todas as redes atualmente existentes estão implicadas numa delicada trama que envolve não apenas o reconhecimento de *especificidades*, mas também relações políticas que estabelecem quem pode falar em nome do movimento ou de que parcelas dele, em qual momento⁵.

No que diz respeito ao âmbito interno dos grupos, há uma crescente aproximação do modelo ideal das ONG esboçado por Rubem César Fernandes (FERNANDES, 1985) e suas implicações em termos de redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e atores internacionais. O processo de institucionalização está relacionado a expectativas de obter apoio para a realização das atividades, o que não necessariamente ocorre dada à escassez de fontes e às disputas em torno da legitimidade da inserção de temáticas relacionadas à LGBT na agenda política em âmbito nacional e internacional, potencializando o ambiente competitivo entre organizações.

Outra fonte de avanços e de conflitos que se transforma no período pós-redemocratização são as relações entre partidos políticos e movimento social. Essa relação deixou de ser marcada apenas por contatos pontuais e eventualmente conflituosos, tal como acontecia na virada da década de 1970 para 1980. A partir da redemocratização, os partidos também se converteram em canais para tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente. Nos anos 1990, já havia setoriais LGBT no PT e no PSTU e, nos anos 2000, começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos.

⁴ À época da realização da Conferência Nacional LGBT, foram listadas as seguintes redes nacionais: a Articulação de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), criada em 2004; o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) e a Rede Afro-LGBT, criadas em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; o E-Jovem, que tem se articulado desde 2001 e a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), fundada em 2005.

⁵ Embora esse seja um tema pouco tratado, alguns conflitos envolvendo redes são citados a propósito do movimento lésbico (ALMEIDA, 2005).

Embora as demonstrações mais expressivas de reconhecimento das questões LGBT, nas políticas públicas e nos programas de governo, apareçam somente nos anos 2000, verifica-se antes uma progressiva construção da legitimidade das temáticas LGBT nos partidos, a qual se intensifica nos anos 1990 (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Se há avanços ligados a essa mudança, há desafios que se colocam: o pertencimento partidário ganha importância nas relações entre ativistas e diferentes partidos passam a disputar e a recrutar braços e simpatias no interior do movimento, o que pode implicar conflitos de diferentes portes a depender do contexto político-partidário local.

O aumento e diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento, seu processo de institucionalização e a profissionalização de ativistas são mudanças fundamentais para situar qualquer reflexão que se faça sobre o movimento contemporâneo. Essas mudanças são acompanhadas por alguns impactos que ressaltam a seguir.

Movimento, Estado e mercado: compassos e descompassos

A crítica ao *vitimismo* como estratégia política e a emergência e difusão de propostas de “visibilidade positiva” de LGBT, por exemplo, levam a uma aproximação entre o discurso de ativistas e o de atores ligados ao mercado segmentado. Nesse contexto, é importante notar, como enfatiza Isadora Lins França, a importância da arena das relações que envolvem o consumo como permeadas de implicações políticas: a afirmação de uma *identidade positiva* e da *visibilidade* se faz acompanhar também do surgimento de uma nova postura entre o público consumidor, que atua na garantia de seus direitos ao consumo como um caminho para a conquista de cidadania. Isso se expressa claramente nas reações às restrições quanto à demonstração pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo: os *beijaços*⁶ em bares e restaurantes não explicitamente direcionados aos homossexuais, mas frequentados por esse público, têm se tornado cada vez mais comuns desde meados da década de 1990, sinalizando uma atitude em direção à exigência de igualdade de tratamento em espaços públicos (FRANÇA, 2006a; 2006b; 2007b).

No que diz respeito às relações entre movimento social e Estado, os efeitos do envolvimento da sociedade civil nas atribuições tradicionalmente

⁶ O *beijaço* é um tipo de protesto que vem se tornando comum no movimento homossexual desde início de 2000. Nos mesmos moldes do *kiss-in*, tática política do movimento nos Estados Unidos e Europa, o *beijaço* consiste numa demonstração pública de afeto entre homossexuais em locais em que essa prática é coibida, buscando visibilidade para esse público.

tidas como de responsabilidade do Estado não são ainda muito claros ou previsíveis, embora certamente se estendam para além do impacto já citado sobre o formato das organizações, os modos de atuação e a dinâmica das relações internas ao movimento. Nessa direção, talvez se possa iniciar uma reflexão acerca das mudanças que vêm ocorrendo nesse período mais recente, considerando que mudanças importantes podem estar acontecendo na medida em que demandas de LGBT ganham legitimidade no campo dos Direitos Humanos. Um exemplo dessas mudanças é que, embora o diálogo com técnicos e gestores estatais seja um pré-requisito, a atuação na área da saúde exigia o *trabalho de campo* a partir do trabalho de agentes de saúde. Com a possibilidade de atuar diretamente com direitos humanos, parte das organizações tem deixado a interação face a face formal e sistemática nos locais de sociabilidade LGBT para atuar na *incidência política* junto a parlamentares, técnicos e gestores governamentais.

Embora haja indícios que possam fazer pensar em dois diferentes momentos, há também variações a partir da localização das entidades em diferentes posições geográficas (nas capitais, em pequenas cidades ou, ainda, em diferentes regiões do país) ou políticas (com mais ou menos visibilidade e contatos). Apesar dessa diversidade, é possível dizer que a institucionalização das entidades e o novo perfil exigido dos ativistas certamente os colocam numa posição de maior proximidade em relação a gestores e técnicos governamentais. Não é à toa que, desde fins dos anos 1990, consultores, técnicos e gestores eventualmente sejam recrutados também entre ativistas.

Por outro lado, toda a valorização das estratégias de *incidência política* ou *advocacy* (que se assenta sobre as dificuldades de avançar no campo legislativo e a possibilidade de dar suporte a políticas públicas a partir do apoio do legislativo) colabora para uma aproximação entre a linguagem ativista e aquela própria da política praticada no âmbito do Estado. Essas mudanças, no entanto, implicam uma ameaça: que os ativistas – e, conseqüentemente, o movimento – estejam cada vez mais aptos a dialogar com o Estado e com atores no cenário internacional, mas mais distantes de sua “base”.

Nesse contexto, a aproximação entre discursos de ativistas e de empresários do mercado segmentado e a importância que os locais de sociabilidade reais ou virtuais desempenham na *comunidade* (MACRAE, 2005; FRANÇA, 2006a; 2007a; 2007b; 2009) podem fazer com que atores ligados a esse último tornem-se os interlocutores mais próximos daqueles que constituiriam a “base” do movimento. Enquanto ativistas se apropriam seletivamente de expressões próprias do vocabulário das políticas públicas, como *populações vulneráveis* ou *segmentos sociais vulneráveis* para designar

os LGBT ou cada um dos *segmentos* em separado, pesquisas relativamente recentes realizadas em Paradas LGBT apontam para o pequeno grau de conhecimento de LGBT acerca de programas governamentais e iniciativas legislativas (CARRARA et al., 2005; 2006; 2007; FACCHINI et al., 2007). Enquanto ativistas respondem às demandas de inserção num vocabulário técnico tecido a partir de referências tão variadas quanto conceitos acadêmicos e categorias pactuadas no âmbito da ação política internacional e procuram obter reconhecimento para suas *especificidades*, o vocabulário político daqueles que se fazem presentes a eventos como a Parada LGBT em cidades como São Paulo parece ser mobilizado por categorias como combate ao *preconceito* e promoção do *respeito* e dos *direitos iguais* (FACCHINI et al., 2007).

No entanto, como pontuei ao final da sessão anterior, os desencontros não se limitam à relação entre LGBT ativistas e pessoas que poderiam se identificar ou ser identificadas como LGBT. Assinalar a existência de porosidade nas relações entre Estado e movimento não significa dizer que não se estabelecem relações mais ou menos pontuais de conflito entre tais atores.

Sob impacto da crescente porosidade na relação entre Estado e movimento social, conceitos como *contextos de vulnerabilidade* acabam sendo traduzidos na prática (muitas vezes, a partir de políticas implementadas por meio de editais atendidos pelas organizações do próprio movimento) como *gays* ou *lésbicas pobres, adolescentes ou negros(as)*. Nesse contexto, noções como *vulnerabilidade* e *transversalidade* são reinterpretadas e têm seu sentido disputado por atores do movimento. Assim, a noção de *vulnerabilidade* é muitas vezes tomada de modo essencial, como se o que torna vulnerável fosse inerente a características de dado *grupo* populacional e não a uma articulação entre níveis individuais, sociais e programáticos. A noção de *transversalidade*, por sua vez, é frequentemente tomada a partir de uma operação que sobrepõe *segmentos* e soma *opressões*, num processo que remete a tensões na interpretação de *interseccionalidades*.

Introduzida no vocabulário político a partir da Conferência de Durban, essa noção remete tanto à ideia de “articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe” (BLACKWELL; NABER, 2002) como à de sobreposição ou soma entre “opressões múltiplas” que podem ser identificadas em sujeitos específicos, como é o caso das *lésbicas negras* ou de *gays adolescentes*. No encontro com a tendência à especificação e segmentação de sujeitos políticos e com a ênfase nas *especificidades*, noções como *interseccionalidade* e *transversalidade* ganham, no movimento, o sentido de sobreposição ou soma de *opressões* particulares e estanques.

Enquanto as políticas públicas têm operado a partir de um equilíbrio tênue entre *focalização* e garantia de *transversalidade*, ativistas parecem operar uma “focalização da focalização”, que é agravada pelos processos de disputa por hegemonia política e pelas lutas por reconhecimento e por se fazer visível nas próprias demandas do movimento. Os debates por ocasião da Conferência Nacional LGBT revelam alguns dos impactos referentes ao modo como o movimento vem se movendo entre diferentes discursos. Na elaboração do regimento interno, definiu-se que a delegação de cada estado deveria contar com “no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis)” (BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008, p. 11). Esse procedimento foi defendido como estratégia para tentar conter a “fragmentação” do movimento e em suposta atenção à inferiorização e à invisibilidade a que está submetido historicamente “o feminino” e obteve aprovação na comissão organizadora composta, entre outros, por várias redes ativistas nacionais. No entanto, boa parte das mulheres e das travestis não entendeu a medida como positiva. A realização da Conferência foi recortada por processos de demanda pelo reconhecimento de *especificidades*, a ponto de categorias particulares para nomear a fonte da *opressão* que atinge cada um dos *segmentos* terem sido cunhadas. Assim, falou-se em *lesbofobia* e *transfobia*, mas já há distinções entre *transfobia* e *travestifobia* e a expressão *gayfobia* já vem sendo usada em alguns meios.

Intersecções e especificidades: um olhar para a “arena”

Embora a investigação das relações entre sexualidades e outras hierarquias sociais seja tradicional nos estudos de sexualidade na antropologia brasileira, pesquisas recentes têm retomado essa perspectiva sob novos enquadramentos e identificado ou procurado refletir sobre as relações que se estabelecem entre vários marcadores sociais de diferença no que diz respeito à produção de *vulnerabilidades* e de possibilidades de manejo de convenções sociais.

As pesquisas realizadas em Paradas LGBT em diferentes capitais (CARRARA et al., 2005, 2006, 2007; FACCHINI et al., 2007) têm apontado para variações na relação entre modalidades de discriminação e agressões, bem como de locais e autores de agressão e marcadores sociais de diferença, como gênero, sexualidade, classe, cor/“raça” e geração. Ainda que pesquisas com metodologia quantitativa não sejam as mais adequadas para aprofundar o conhecimento sobre o tipo de relação que se estabelece entre vários marcadores, há nesses estudos elementos suficientes para indicar que a especificação de fontes de *opressão* a partir de identidades políticas legitimadas

no movimento – como *lesbofobia* ou *transfobia* – é um atalho falho para descrever a dinâmica da violência (JUNQUEIRA, 2007).

Estudos de natureza qualitativa têm apontado, ainda, para o fato de que a relação entre marcadores sociais de diferença não pode ser pensada a partir de uma operação de “soma de opressões”. Esse é o caso de um artigo de Laura Moutinho sobre como a “dinâmica dos afetos e prazeres” se cruza com a desigualdade social no circuito GLS carioca: “os homossexuais masculinos mais escuros que moram nos subúrbios e nas favelas do Rio de Janeiro possuem um campo de manobra mais amplo do que aqueles nos quais se inserem rapazes e moças heterossexuais da região e, mesmo, as lésbicas e travestis de diferentes cores que habitam essas áreas” (MOUTINHO, 2006, p. 103)

A tematização da articulação entre marcadores sociais de diferença esteve presente também nas pesquisas que realizei nos últimos anos. Os resultados de uma investigação conduzida entre 2003 e 2004 sobre saúde de “mulheres que fazem sexo com mulheres” (FACCHINI; BARBOSA, 2006) apontavam que, além de experiências ou representações negativas acerca de cuidados ginecológicos, características relacionadas a classe, geração, trajetória sexual e reprodutiva e atributos de gênero influenciavam na adoção de cuidados à saúde. Não se tratava de apontar um dado marcador de diferença ou a soma de dados marcadores como sendo responsáveis por uma *vulnerabilidade acrescida*. Se mulheres mais velhas (acima dos 35 anos) que mantinham sexo exclusivamente com mulheres eram mais resistentes a procurar apoio ginecológico e estavam menos atentas às possibilidades de infecção por DST, isso podia se tornar ainda mais complicado caso a mulher tivesse menos acesso a serviços e à informação e tivesse uma performance de gênero mais *masculina*. Por outro lado, jovens de estratos médios tinham muitas dúvidas sobre possíveis riscos de infecção por DST no sexo com mulheres (especialmente no contexto do início da vida sexual com mulheres e/ou no começo de uma nova relação), mas encontravam dificuldades em situações como a de ter de ir ao ginecologista da família.

No desdobramento dessas reflexões em minha pesquisa de doutorado⁷, procurei explorar as intersecções entre múltiplos eixos de diferenciação de modo a evitar o reducionismo de fazer derivar todas as diferenças de uma única

⁷ O material analisado na tese (FACCHINI, 2008) foi produzido entre 2003 e 2007, a partir de observação etnográfica em 40 locais de frequência e/ou sociabilidade de “mulheres com práticas homoeróticas” e de um conjunto de 38 entrevistas em profundidade com mulheres de 18 a 50 anos residentes na Grande São Paulo, cujo critério de constituição foi buscar a maior diversidade possível em termos de idade, inserção socioeconômica, trajetória afetivo-sexual e classificações relativas à sexualidade. A fim de diversificar os estilos e identidades acessados e evitar a associação de uma *comunidade* a espaços delimitados (GUPTA; FERGUSON, 2000), realizou-se ainda observação e entrevistas com mulheres integrantes de duas redes: as jovens que se classificam como *minas do rock* e as frequentadoras de um clube voltado para a prática do BDSM (*bondage*, disciplina, dominação e submissão, sadismo e masoquismo).

instância determinante (BRAH, 2006) e considerando que não se trata de campos distintos de experiência, isolados ou justapostos, mas que existem concretamente em e através de relações com cada um dos outros (McCLINTOCK, 1995). A análise do material produzido nessa pesquisa levou em conta a operacionalização do conceito de “interseccionalidade”⁸ pela ideia de “diferença” como categoria analítica, tomando diferença de modo não essencial, mas como categoria que remete à designação de “outros” (BRAH, 2006).

Assim, por meio da observação de estabelecimentos comerciais de lazer e sociabilidade e do cotejo com as falas das entrevistadas sobre seus itinerários e sobre os lugares que frequentam, percebemos o modo como diferenças são produzidas na constituição de lugares. A observação dos espaços de sociabilidade no circuito de lazer comercial paulistano permitiu entrever diferenciações de classe e geração atuando em sua organização, em estreita articulação com performances de gênero, sexualidade e cor/“raça”.

Durante a pesquisa, foi possível delinear duas áreas, que se encontram em locais situados de modo distinto na geografia política da cidade (centro velho x bairros de classe média). Na região central, mais desvalorizada e próxima ao que Perlongher (1987) qualificou como “bocas”, o público frequentador é mais escuro e mais pobre e as parcerias heterogâmicas são mais frequentes do que nos estabelecimentos situados nos bairros de classe média. Aprofundando a análise, notei que diferenciações de classe estão associadas ao modo como sujeitos “mais claros” ou “mais escuros” se distribuem no espaço e às estilizações corporais adotadas. Percebi, ainda, configurações específicas no modo como classe e geração se intersectam com gênero na produção de sujeitos e de corpos desejáveis em determinados lugares.

Reflexões semelhantes sobre a articulação de marcadores sociais de diferença na transformação do espaço em lugar têm sido tecidas por outros pesquisadores, em diferentes contextos empíricos. A partir de pesquisa multicêntrica com jovens homo e heterossexuais, Júlio Simões e Simone Monteiro e seus colaboradores (SIMÕES et al., 2007; MONTEIRO et al., 2008) mostram essa articulação em espaços de sociabilidade em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Andrea Lacombe tem se debruçado sobre articulação de marcadores sociais de diferença na produção do lugar em espaços de lazer e sociabilidade de lésbicas na cidade do Rio de Janeiro e no interior dos próprios locais em que as atividades ocorrem (LACOMBE, 2008). Os itinerários de mulheres homossexuais entre os bairros pobres e/ou favelas e

⁸ Avatar Brah e Ann Phoenix (2004) definem o conceito de “interseccionalidade” como designando os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos.

locais de sociabilidade e a articulação de marcadores sociais de diferença, bem como as possibilidades de agência foram tematizados em minha pesquisa em São Paulo (FACCHINI, 2008) e na de Sílvia Aguião no Rio de Janeiro (AGUIÃO, 2007). Isadora Lins França faz algo semelhante entre homens homossexuais e *negros* que frequentam um *samba GLS* na região central de São Paulo, aprofundando conhecimento sobre como a transformação do espaço em lugar e o consumo de lugares opera na constituição de identidades e subjetividades por meio de processos de exclusão e diferenciação mediados por relações de poder (FRANÇA, 2009). Além disso, há o clássico trabalho de Néstor Perlongher sobre michês na região central (PERLONGHER, 1987) e os mapeamentos mais recentes dos espaços de sociabilidade e lazer frequentados por homossexuais em São Paulo, produzidos por Simões e por França (SIMÕES; FRANÇA, 2005; FRANÇA, 2006a, 2007a).

Em minha pesquisa com mulheres, o modo como as classificações se distribuem variou significativamente com relação à classe e à geração, marcadores que também se relacionam com a maneira como as entrevistadas percebem suas trajetórias, práticas e desejos sexuais com homens e/ou com mulheres e como lidam com o estigma. Os maiores contrastes aparecem ao compararmos mulheres acima de 30 anos de estratos populares e mulheres com menos de 30 anos de estratos médios e médios altos. Entre as mais velhas de estratos populares, *entendida* é a categoria mais usada e, diferente do que ocorre em outras faixas de idade ou estratos sociais, não se usa termos específicos para designar mulheres que têm ou tiveram sexo com homens. Entre as mais jovens de estratos médios ou médios altos, ganham espaço estratégias de valorização e afirmação daquilo que é estigmatizado, como no caso do uso de termos como *dyke* ou *sapatão* (entre as *minas do rock*), *sapa* (corrente entre jovens de estratos médios) e a autoclassificação como *bissexual*, além da recusa de rótulos (especialmente entre parte das *modernas*). A popularização da categoria *entendida* coincide com o que parece ser seu quase banimento do estrato social que lhe deu origem, no qual deu lugar a outras que se multiplicam. Essa multiplicação parece ocorrer a partir da lógica de diferenciação apontada por Peter Fry que toma categorias de referência à sexualidade como linguagem para a expressão de outras diferenças (FRY, 1982).

A popularização da categoria *entendida* foi apontada também por pesquisas com mulheres que se relacionam com mulheres no Rio de Janeiro (LACOMBE, 2007; AGUIÃO, 2007). As pesquisas realizadas nas Paradas do Orgulho LGBT indicam presença maior da categoria *entendido(a)* entre mulheres homossexuais, entre os menos escolarizados e na Parada de Pernambuco do que nas do Rio de Janeiro e São Paulo (CARRARA et al., 2005,

2006, 2007). O caráter relacional e situacional das classificações envolvendo a sexualidade é apontado desde os primeiros estudos sobre (homo)sexualidades na literatura antropológica brasileira (FRY, 1982; GUIMARÃES, 2004; HEILBORN, 1996; PARKER, 1994). No entanto, o aprofundamento da análise das variações classificatórias a partir de diversas convenções sociais e de vários marcadores sociais de diferença ganha ênfase numa literatura mais recente. Nessa linha, temos como exemplos a pesquisa de Sílvia Aguião (AGUIÃO, 2007) entre mulheres que se relacionam como mulheres, a de Isadora Lins França (FRANÇA, 2007b; 2009) com homens que se relacionam com homens e a de Bruno Cesar Barbosa (BARBOSA, 2008) com travestis de diferentes gerações.

Na análise das convenções sociais e de mudanças nessas convenções, os resultados de minha pesquisa remetem a algumas regularidades, como a rejeição a *masculinizadas*, especialmente as *exclusivamente ativas*, e a *bissexuais*. Consideradas a partir de seu entrecruzamento com popularização da categoria *entendida*, essas regularidades parecem sinalizar uma difusão para outros estratos sociais de elementos do modelo ideal “moderno” ou “igualitário” delineado por Fry (1982). Essas regularidades e mudanças podem ser relacionadas a um contexto em que a distinção entre hetero e homossexualidade parece estar bem estabelecida, em que concepções igualitárias têm sido largamente divulgadas – inclusive pela mídia – e apropriadas por diferentes segmentos sociais e em que concepções psicologizadas sobre a homossexualidade, como *assumir-se*, *ser resolvido(a)* e ter uma *boa autoestima* têm se expandido com a onda de “visibilidade positiva” iniciada, tanto pelo movimento LGBT quanto pelo mercado GLS, nos anos 1990.

Ao voltarmos o olhar para diferentes gerações, nota-se o impacto das mudanças que vêm se operando nos últimos anos no que diz respeito à homossexualidade como lugar social sobre a vida dos sujeitos. O mesmo vem sendo indicado por pesquisas quantitativas⁹. No entanto, pode-se observar que esse impacto da mudança da homossexualidade como lugar social varia sensivelmente de acordo com a classe social. Nessa direção, os resultados de minha pesquisa, no que diz respeito à relação entre mulheres que se relacionam com mulheres e suas famílias de origem, indicam mudanças

⁹ Em resposta à pergunta em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007: “Se você soubesse que um filho homem está namorando um homem, você consideraria um problema muito grave, mais ou menos grave, pouco grave ou não consideraria um problema?”, apenas 57% dos entrevistados afirmaram que esse seria um problema muito grave, uma queda de 20% se comparado à realização da mesma pergunta em pesquisa do instituto Datafolha de 1998. Em relação às mulheres, 55% dos entrevistados não achariam “muito grave” se uma filha namorasse outra garota. Ver pesquisa “Família Brasileira”, realizada pelo Instituto Datafolha em outubro de 2007. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=508>. Acesso em: 1º jun. 2008.

especialmente nos estratos médios e médios altos: entre as jovens desses estratos, individualidade e privacidade aparecem com importantes valores no âmbito familiar e a homossexualidade aparece articulada pelos familiares como um lugar social mais próximo da “normalidade”. No entanto, para a maior parte das outras mulheres da pesquisa, havia bem pouca privacidade e autonomia. Na maior parte dos casos, essa situação era manejada, tanto pelos pais (especialmente pelas mães) quanto pelas entrevistadas, a partir da *discrção*. Desse modo, a *discrção* ocupava lugar crucial tanto para mulheres adultas de estratos médios quanto para as jovens e adultas de estratos médio-baixos e para as jovens de estratos populares que recusam relações com as *muito masculinizadas*.

Convenções sobre a (homo)sexualidade que prescindem da *discrção* foram identificadas entre jovens de estratos médios e médios altos e entre mulheres de estratos populares. Entre as jovens de estratos médios ou médios altos que se identificam como *modernas* e *minas do rock*, o estilo apareceu como operador de diferenças a partir do qual, ao mesmo tempo, se estabelecem distinções de classe e geração e se dão diálogos e/ou disputas entre as duas *ceas* em torno da melhor maneira de encontrar um lugar no gênero que não seja marcado pela *discrção* ou pela “hiper-feminilidade”. Outras convenções que prescindem da *discrção* vêm dos arranjos que as mulheres nos bairros mais afastados da “periferia” constroem para lidar com a acusação de *sapatão* e todos os significados e impactos que isso acarreta na sua vida e que têm seu lugar crucial na categoria *respeito*.

A proliferação de categorias (como *dyke*, *sapa*, *feminina*, *perua*, *caminhoneira*, *bofinho*, *ladyinha*) encontrada em minha pesquisa foi interpretada como remetendo a processos de diferenciação que mobilizam outros marcadores sociais de diferença, especialmente classe e idade, por vezes compondo determinados estilos. Imbricadas com diferenciações de classe e gênero, as diferenças de cor/“raça” seguem de modo silencioso, aparecendo menos no discurso do que na delimitação de lugares e estilos. No caso das jovens, entre as de estratos médios e médios altos em especial, as categorias parecem referir diferenciações de classe e geração e disputas intraclasse entre diferentes estilos e seu potencial de responder às mais diferentes demandas em torno da questão sobre o tipo de mulher que gosta – ou pode gostar – de outras mulheres.

Isso sugere pensar que, assim como os estilos, essas categorias de autotclassificação, que em dados momentos podem ser enunciadas como identidades, funcionam como operadores de diferença. Dessa forma, estilos, classificações e identidades apontam tanto para possibilidades de agência –

fazer algo do que foi feito dos sujeitos em questão – quanto para processos de diferenciação. Sugere pensar também que, se há marcadores (gênero, sexualidade, classe, raça e geração) e operadores (estilos, classificações e identidades) sociais de diferença, há também dinâmicas de operação de cada um dos marcadores. No entanto, tais dinâmicas, uma vez situadas, não podem ser tomadas como regra geral, uma vez que nenhum marcador nunca opera isoladamente e que não se trata de pensar em termos de soma ou justaposições, mas em intersecções contextualizadas (FACCHINI, 2008).

Para continuar o diálogo: por uma política de solidariedade

Neste artigo, partimos de um olhar para o movimento LGBT e suas relações fundadas numa distinção entre “campo” e “arena”. Desse modo, transitamos entre o que Sérgio Carrara¹⁰ distinguiu como as “classificações delimitadas” produzidas no campo da política e por atores sociais ligados às igrejas, aos saberes médicos e à justiça e o “burburinho” encontrado quando nos remetemos aos sujeitos dispersos que são objeto desses discursos. Esse exercício teve por objetivo refletir sobre o movimento LGBT contemporâneo, sua relação com o Estado e as perspectivas de transformação social.

Não se trata de refutar a utilização de categorias que façam referência ao sujeito do movimento ou aos beneficiários de avanços nas políticas públicas e na legislação, visto que essas categorias são necessárias à ação política. Como frisa Judith Butler, manifestações, esforços legislativos ou demandas por políticas públicas precisam fazer reivindicações em nome de um sujeito. No entanto, como sugere essa autora (BUTLER, 1998; 2002), trata-se, antes, de fomentar uma atitude crítica, que desnaturalize a ideia de sujeito político, como descritivo de uma essência previamente dada, e reconheça o caráter contingente de sua construção, bem como as exclusões por meio das quais tais sujeitos são constituídos.

A história do movimento LGBT é a história da apropriação e da disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram (e ainda são, muitas vezes) utilizadas para agregar estigma e sofrimento à vida de sujeitos com desejos e condutas que conflitam com normatividades sociais relacionadas a gênero e sexualidade. O olhar retrospectivo mostra que essa trajetória tem trazido efeitos positivos para a vida dos sujeitos que visa beneficiar e que, apesar de todos os conflitos e desgastes no processo político cotidiano, debates

¹⁰ Comunicação oral como debatedor no GT Corpo, Sexualidade e Gênero, no 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2008.

importantes têm sido travados mesmo dentro do movimento. Nessa trajetória, passou-se de *homossexuais*, uma *comunidade* imaginada como separada e oprimida por uma sociedade descrita muitas vezes como *mundo heterossexual*, para um conjunto complexo de sujeitos políticos que procuram lidar com essa pluralidade e se afirmar como sujeitos de direitos e integrantes dessa *comunidade* mais ampla, composta pelos cidadãos brasileiros (ANDERSON, 1991). Nenhuma dessas duas *comunidades* pode atualmente ser imaginada como algo homogêneo e é com esse fato que tanto o Estado quanto o movimento procuram lidar. Nessa direção, conjugar igualdade e diferença torna-se um desafio crucial. Em relação a isso, concordo com Joan Scott quando afirma que, ao posicionar-mos igualdade/diferença como opostos, perdemos de vista suas interconexões e deixamos de reconhecê-los como conceitos interdependentes e que estão em constante tensão com soluções historicamente específicas (SCOTT, 2005).

Embora haja recentemente interessantes debates acerca desse desafio dentro e fora do movimento LGBT, o contexto sociopolítico que descrevemos nas três primeiras sessões deste artigo ainda hoje nos remete às reflexões tecidas por Avtar Brah acerca das relações entre “feminismo negro” e “feminismo branco” na Grã-Bretanha da década de 1980:

Começava a surgir dentro do movimento das mulheres como um todo uma ênfase na política da identidade. Em lugar de embarcar na tarefa complexa, mas necessária, de identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão, e construir uma política de solidariedade, algumas mulheres começavam a diferenciar essas especificidades em hierarquias de opressão. Supunha-se que o mero ato de nomear-se como membro de um grupo oprimido conferisse autoridade moral. Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada. Afirmações sobre a autenticidade da experiência pessoal podiam ser apresentadas como se fossem uma diretriz não problemática para o entendimento de processos de subordinação e dominação. Declarações farisaicas de correção política passaram a substituir a análise política (BRAH, 2006, p. 348-349).

O exercício de reflexão aqui empreendido procurou indicar as dificuldades implicadas numa política de identidades que opere pela via da essencialização das diferenças e pelo raciocínio que interpreta *transversalidade* e *interseccionalidades* pela vida da “soma de opressões” no que diz respeito a acessar e procurar suprir as demandas de sujeitos reais. Nessa direção, talvez seja preciso reconhecer que as identidades de grupo produzem melhores resultados, na medida em que se reconhecem como construções políticas conjunturais e estejam cientes do caráter estratégico de possíveis essencializações no interior de processos políticos, bem como das exclusões, a partir das quais se constituem. Reconhecer tais exclusões, bem como as relações desiguais de poder no interior do movimento, e agir no sentido de manter o sujeito político do movimento como um espaço aberto à inclusão de novas e diferentes demandas e de rever arranjos hierárquicos internos talvez seja um caminho necessário para evitar afirmações estratégicas de diferenças essenciais daqueles que se sentem, de algum modo, menos incluídos.

Procurei ainda indicar as armadilhas implicadas na estratégia política que opera a partir da multiplicação e da soma de sujeitos e de *opressões*, que remetem à fragmentação e ao enfraquecimento político das ações em favor dos direitos sexuais e de sua compreensão como direitos humanos, num contexto de acirramento das disputas em tono da legitimidade social de LGBT como sujeitos de direitos. Busquei assinalar, ainda, o risco de perda de inteligibilidade em relação a quem está fora do movimento, num contexto em que há considerável distanciamento entre os quadros profissionalizados do movimento e aqueles que comporiam sua “base” política.

Para finalizar, gostaria de enfatizar os riscos de alentar uma expectativa irrealizável de que é possível descrever todos os efeitos de relações de poder existentes em nossa sociedade a partir da multiplicação de sujeitos políticos cada vez mais específicos. Ao contrário, me parece que talvez fosse importante reconhecer o alcance sempre limitado dos sujeitos políticos, bem como a diversidade e as desigualdades reais que fazem falar em *especificidades* e buscar pontos e princípios comuns para a ação dentro e fora do movimento. Atentar para a complexidade da dinâmica das relações sociais de poder e para as intersecções que se estabelecem entre diversos eixos de diferenciação social parece fundamental para que sujeitos políticos e políticas públicas possam abranger um conjunto mais amplo de sujeitos. Isso passa por não limitar os eixos explicativos da *vulnerabilidade* a gênero e/ou sexualidade, nem separá-los radicalmente entre *orientação sexual* e *identidade de gênero*, tomadas como especificamente relacionadas a *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* de um lado e

travestis, transexuais e transgêneros de outro. Passa também por desfocar políticas de sujeitos e *opressões* específicas para contextos que vulnerabilizam. Assim, talvez possamos passar da soma de sujeitos e *opressões* – que se faz acompanhar pela “focalização da focalização” – a uma “política de solidariedade” e ao enfrentamento de vulnerabilidades contextualizadas.

Referências

- AGUIÃO, Silvia. *“Aqui nem todo mundo é igual”*: cor, mestiçagem e homossexualidades numa favela do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ALMEIDA, Glaucia Elaine da S. *Da invisibilidade à vulnerabilidade*: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade da infecção por DST e Aids. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1991[1983].
- BARBOSA, Bruno Cesar. Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8*. Florianópolis, UFSC, 2008.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, v. 5:3, may 2004, p. 75-86.
- BLACKWELL M.; NABER N. Interseccionalidade em uma era de globalização. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p.189-198.
- BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008a. 15 p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT*. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT. Brasília: SEDH-Presidência da República, 2008b.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- _____. *Cuerpos que importan*: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual*: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- CARRARA, Sérgio. O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o 'lugar' da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pilar et al. (Ed.) *Movimentos sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia; SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia; LACERDA, Paula; MEDRADO, Benedito; VIEIRA, Nara. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 65-100, 2007.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual. In: *Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade*. FURG, Rio Grande, 2009.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *Entre umas e outras: mulheres, homossexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: BENÍTEZ, María Elvira Díaz; FIGARI, Carlos Eduardo (Ed.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: CEPESC; Garamond, 2009.

FACCHINI, Regina; BARBOSA Regina Maria. *Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006*. São Paulo: APOGLBT-SP, 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12 (1), p. 47-71, 2004.

FERNANDES, Rubem César. Sem fins lucrativos. *Comunicações do Iser*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

_____. “Cada macaco no seu galho?": arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 103-115, 2006b.

_____. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 227-256, 2007a.

_____. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 28, p. 289-311, 2007b.

_____. Na ponta do pé: quando o black, o samba e o GLS se cruzam em São Paulo. In: BENÍTEZ, María Elvira Díaz; FIGARI, Carlos Eduardo (Ed.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: CEPESC; Garamond, 2009.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Ed.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, Natal, v.1, n.1, jul./dez. 2007.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: sociabilizações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 207-226, 2007.

_____. Os bailes da Mary: gramáticas de socializações lésbicas em um clube de Copacabana. In: *IV Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*. São Paulo, USP, 2008.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. Em defesa do gueto. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Ed.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005.

McCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender and sexuality in colonial contest*. New York: Routledge, 1995.

MONTEIRO, Simone S.; VARGAS, Eliane P.; CECCHETTO, Fátima. Sexualidade, gênero, classe e cor em espaços de sociabilidade homoerótica juvenil carioca. In: *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008, Porto Seguro.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 103-116, 2006.

PARKER, Richard. Sexo entre homens: consciência da Aids e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil. In: PARKER, R. et al. (Ed.). *A Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1994.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Mirian P. et al. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-60, 1977.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 13 (1), p. 11-30, 2005.

SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, J. e TRINDADE, R. (Ed.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.

SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L.; PASSADOR, Luiz H.; FACCHINI, Regina. Convenções de gênero, raça e idade em lugares de sociabilidade homoerótica em São Paulo. In: *Seminário Internacional Debates contemporâneos sobre raça, etnicidade, sexualidade e gênero*, FFLCH-USP, São Paulo, 2008. (Comunicação).

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1995.